

Estagiar em Psicologia Comunitária: o impacto da realidade social em acadêmicos de Psicologia

Ligia Claudia Souza¹

Estagiar em Psicologia Comunitária: o impacto da realidade social em acadêmicos de Psicologia

RESUMO

Esta é uma investigação que visou refletir sobre a prática de estagiários em Psicologia Social Comunitária e suas consequências na formação profissional desses futuros psicólogos. Para tanto, teve a seguinte questão norteadora: qual o impacto sofrido pelos estudantes de Psicologia ao ingressarem na prática do estágio em Psicologia Social Comunitária? O estudo coletou os dados a partir de um questionário semiestruturado, aplicado em 13 sujeitos, que cumpriu os princípios éticos de pesquisa com seres humanos. Os resultados indicaram que os estagiários entendem que as práticas psicossociais da Psicologia se referem ao acolhimento dos que são vulneráveis e que a Psicologia tem como seu principal compromisso social ouvir tais pessoas. A investigação concluiu que ocorre um impacto nos estagiários sofrido pela constatação da realidade social vulnerável dos sujeitos e grupos com os quais atuaram, visto que os elementos trazidos pelos estagiários da pesquisa mostraram que esse contato lhes possibilitou lidar com as diferenças sociais, tão negativas, que o Brasil ainda produz.

Palavras-chave: Psicologia; Formação profissional; Psicologia Social Comunitária.

Training in Community Psychology: The impact of social reality in students of Psychology

ABSTRACT

This research aimed to reflect on the training in Community Social Psychology and its consequences on the professional training of the future psychologists. It was guided by the question: What impact did the students of Psychology experience when they started their training in Community Social Psychology? The study collected data through a semi-structured questionnaire applied to 13 participants, fulfilling the ethical principles for research with human beings. The results indicated that the trainees understand that the psychosocial practices of Psychology refer to the reception of vulnerable people and that Psychology has as its main commitment: to listen to this subject. The research concluded that there is an impact on the trainees as a result of the social reality of the participants and groups with

which they interact, as the elements brought by the research participants showed that this contact allowed them to deal with the negative social differences that Brazil still produces.

Keywords: Psychology; Vocational training; Community Social Psychology.

Práticas em Psicologia Comunitaria: el impacto de la realidad social en los estudiantes de Psicología

RESUMEN

Esta es una investigación que tuvo como objetivo reflexionar sobre la práctica de los internos en Psicología Social Comunitaria y sus consecuencias en la formación profesional de estos futuros psicólogos. Con este fin, tuvo la siguiente pregunta guía: ¿cuál es el impacto que sufren los estudiantes de Psicología al ingresar a la práctica de la pasantía de Psicología Social de la Comunidad? El estudio recopiló datos de un cuestionario semiestructurado, aplicado a 13 sujetos, que cumplía con los principios éticos de la investigación con seres humanos. Los resultados indicaron que los internos entienden que las prácticas psicosociales de la psicología se refieren a la recepción de quienes son vulnerables y que la psicología tiene como principal compromiso social escuchar a esas personas. La investigación concluyó que hay un impacto en los aprendices sufridos por el descubrimiento de la realidad social vulnerable de los sujetos y grupos con los que trabajaron, ya que los elementos presentados por los aprendices de la investigación mostraron que este contacto les permitió abordar las diferencias sociales, tan negativas, que Brasil todavía produce.

Palabras clave: Psicología; Formación profesional; Psicología Social Comunitaria.

Introdução

A supervisão das práticas de estágio junto a acadêmicos do curso de Psicologia é uma atividade desafiadora para todos os profissionais que se incumbem em prepará-los para as responsabilidades da profissão. A entrada no estágio é um momento vivido com muitas expectativas e ansiedades, uma vez que iniciar uma prática representa o ingresso no mundo profissional. Esse processo é simbolizado por todo um ciclo que passa: pela seleção para as equipes, pela preparação inicial e, finalmente, pelo encontro, tão aguardado, com o sujeito a ser tratado, seja no consultório psicoterápico individual ou em instituições sociais.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a entrada no campo de estágio em Psicologia Social Comunitária e sobre as suas consequências na formação profissional de psicólogos. Com esse fim, delineou-se a questão: qual o impacto sofrido pelos estudantes de Psicologia ao ingressarem na prática do estágio em Psicologia Social Comunitária?

A formação em Psicologia no Brasil, desde o seu início, quando as primeiras turmas do curso se formaram, tem sido frequentemente alvo de interesse, reflexões e questionamentos (Andrade, 1997; Antunes, 1999; Dimenstein, 2000; Bomfim, 2004).

Essas reflexões foram sistematizadas, principalmente, a partir da década de 1970, tendo se intensificado a partir da década de 1990 (Silva Junior, 2002).

O processo de formação em Psicologia necessita manter uma estreita relação com o mercado de trabalho, de forma a assegurar a qualidade técnica dos profissionais, assim como atender as demandas da sociedade contemporânea.

Isso requer que seja considerada a qualidade da formação das novas gerações de psicólogos brasileiros para tornar viável o futuro da integração entre ciência e profissão, já que essa formação profissional deve ocorrer de forma que “possibilite aos futuros profissionais a articulação entre pressupostos teóricos e problemas práticos, isto é, entre o ‘saber o quê, o por quê e como fazer’ e o ‘saber-fazer’, que caracterizam o processo de construção e desenvolvimento de habilidades e competências” (Cruz, 2016, p. 4).

O desenvolvimento dessas habilidades e competências, destacadas pelo autor, é a principal missão do estágio profissional na formação do psicólogo, assim como, seu principal desafio, que é realizar uma passagem da teoria para a prática. As práticas da Psicologia, tão diversas em seus campos de atuação, trazem, em si, elementos em comum, tais como uma necessidade de singularização e de respeito à subjetividade, embora essas características possam ser traduzidas de modo mais amplo: como o relevo e a consideração ao sujeito e à sua forma peculiar de estar no mundo.

A partir das características da profissão destacadas acima, compreendemos o estágio como uma atividade crucial no desenvolvimento da identidade profissional do futuro psicólogo, o que significa entender que ele representa o espaço, em que o estudante vai poder pôr em prática todo o conhecimento acumulado ao longo do curso, momento em que se iniciam as práticas profissionais junto ao indivíduo ou a grupos. Nesse momento, o estudante necessita desenvolver, além das habilidades técnicas, algumas competências relacionadas ao contato com o ser humano na experiência da ajuda psicológica.

Alguns autores já se debruçaram sobre a investigação dessas práticas pré-profissionais no intento de compreender como essa atividade impacta supervisores e estagiários. Importa que os estudos contemporâneos têm se dedicado a revisar o campo e compreender as expectativas dos estagiários, como, por exemplo, analisar o papel relevante do estágio por oportunizar experiências que contribuam para a formação em Psicologia e por permitir aproximações com a prática profissional (Santos & Nobrega, 2017).

Esse tipo de estudo aponta para a necessidade da formação profissional estar articulada à realidade, o que dá à sua realização extrema importância e impõe o dever de constante processo de questionamento. Assim, a partir dessas reflexões, espera-se que ela produza profissionais éticos, pautados em um compromisso com o humano e com a responsabilidade social, o que significa formar profissionais em consonância aos princípios defendidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, revistas em 2018 pelo Conselho Federal de Psicologia, pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e pela Federação Nacional dos Psicólogos, visto que apregoaram que:

Os cursos de graduação devem formar profissionais-cidadãs e cidadãos, o que se evidencia pela autonomia intelectual, consciência ambiental e social, protagonismo, criticidade, atitude investigativa e reflexiva, capacidade de interação e relacionamento interpessoal, disponibilidade para o trabalho coletivo e compromisso com a defesa de direitos (Conselho Federal de Psicologia – CFP, 2018, p. 50).

No que tange especificamente ao processo de supervisão de estágio, Silva Neto e Oliveira (2012) apontam que o "estudo sobre o processo de supervisão do futuro psicólogo permite discutir o quão alienante ou conscientizador tem sido tal processo e o quão contributivo pode ser à compreensão da atividade do psicólogo/supervisor em contextos formativos" (p. 1044).

A supervisão técnica de forma alguma se restringe à reprodução de modos específicos do fazer psicológico, nem à aprendizagem de técnicas específicas da Psicologia, exatamente o contrário se produz, portanto, as atividades da supervisão objetivam produzir reflexões sobre as técnicas empregadas em Psicologia. Nesse tempo em que supervisores e estagiários estão juntos, são desenvolvidas atividades de ensino, já que há uma fundamentação teórica em autores do campo e o acompanhamento das práticas desenvolvidas. A articulação teoria/prática deve se dar, pois estas últimas devem, sempre, estar alicerçadas não só em uma visão crítica da realidade social, como também na compreensão das peculiaridades do indivíduo/população/grupo atendido.

Entretanto, sabe-se que a idealização das práticas profissionais é muito comum nos estudantes antes do ingresso no campo, e que, em geral, neste momento anterior à entrada, vê-se que a grande maioria é marcada por muita expectativa, ansiedade e até por medos. As questões sobre as vivências suscitadas pelo primeiro atendimento foram trabalhadas por Aguirre (2000), ao investigar as ansiedades e fantasias presentes no primeiro atendimento e na supervisão clínica. A autora destaca que a expectativa do aluno de se ver, pela primeira vez, frente a frente com o cliente na situação clínica envolve grande curiosidade e muita emoção. Por isso, o supervisor tem como função dar um suporte técnico ao estudante e, ao mesmo tempo, deve expor os caminhos da prática de uma forma instigante para o estagiário.

O papel do supervisor, segundo Silva Neto e Oliveira (2012), é ser o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades realizadas pelos estagiários, de maneira a garantir a integração do eixo teórico-prático e o desenvolvimento de competências para o futuro exercício profissional. Nesse sentido, o supervisor tem que ensinar o aspecto técnico de um campo de atuação, mas também mobilizar e engajar o aluno nas práticas, por isso a concomitância de nuances afetivas e cognitivas.

Essa necessidade de integração também foi trazida por Duarte (2015), ao propor que o estágio deve inserir o discente em uma realidade institucional e profissional, para promover uma formação que respeite a perspectiva interprofissional e interdisciplinar. A partir da perspectiva da autora, entendemos o estágio como um momento integrador e produtor de uma visão ampla da profissão, principalmente por se configurar como um espaço no qual o acadêmico pode construir possibilidades inovadoras de exercício da profissão.

Em todos os campos de estágio em Psicologia, os supervisores encontram alguns desafios em comum e outros peculiares às práticas de sua área. Particularmente, quando essas práticas se inserem no campo da Psicologia Social Comunitária, muitas questões são suscitadas a partir da chegada do estudante ao campo.

Contudo, o desafio de inserção neste campo vai ser analisado a partir da premissa da existência de um impacto pessoal nos estudantes ao lidarem com uma realidade social, muitas vezes, desconhecida e diferenciada de sua própria situação social/econômica.

Este trabalho destaca a importância da inserção do acadêmico na realidade social concreta, ao concordar com Gauy, Fernandes, Silveiras, Marinho-Casanova e Löhr (2015, p. 545), quando afirmam que "a graduação em Psicologia pressupõe o estabelecimento de relações entre teorias psicológicas e práticas profissionais, enfaticamente

realizadas nos estágios curriculares”. Portanto, o estágio representa o momento em que o estudante inicia o exercício de habilidades específicas da profissão, por meio do contato mais próximo com as demandas reais da comunidade. Ao partir do pressuposto dos autores citados acima, esse trabalho considera a Psicologia Social Comunitária como o campo, no qual o estudante de Psicologia terá um contato direto com as demandas da realidade social das pessoas em condição de vulnerabilidade, sejam elas de cunho social, econômico, psíquico, e essas condições marcarão a intervenção tanto no que se refere ao grupo trabalhado, quanto aos estagiários.

Nosso olhar, neste momento, recairá sobre o campo da Psicologia Social Comunitária e suas particularidades, para poder, assim, conhecer mais o campo no qual o trabalho se ateve.

A Psicologia Social Comunitária

O desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária, no contexto da América Latina, está muito relacionado tanto às lutas políticas pela redemocratização, quanto à posição contrária aos regimes ditatoriais de exceção, travadas durante o período da década de 1960 até a década de 1980. Prado (2002), ao contrapor os paradigmas norte-americano e latino-americano, ressalta o fato deste último ter incorporado as características históricas, sociais e políticas dos países mais pobres que passaram por ditaduras militares e que tiveram uma organização dos partidos de esquerda bastante distinta da organização norte-americana, embora esta última tenha se mostrado mais vinculada ao movimento de saúde mental comunitária.

O modelo norte-americano se pautou na saúde mental comunitária oriunda da Psiquiatria, como destacam Gonçalves e Portugal (2016), ao analisarem as vertentes nos dois lados das Américas: “A Psicologia Social Comunitária foi apresentada na América Latina como um dos produtos das problematizações instituídas no campo da Psicologia Social e não da Psiquiatria, como no caso norte-americano” (p. 564).

As práticas latino-americanas fundaram-se na construção do desenvolvimento crítico e na capacidade reflexiva da população, quanto ao que se passava no contexto social, econômico e político, alinhando-se, assim, ao pensamento dos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização.

A década de 1960 marcou o início dessas práticas sociais na América Latina, cujo objetivo, para Freitas (1996), era o “de somar esforços e de colaborar para tornar a psicologia mais próxima à população, em geral, mais comprometida com a vida de setores menos privilegiados” (p. 60).

Nas décadas de 1960 a 1980, os movimentos sociais, relacionados às causas trabalhistas, e os movimentos de cunho religioso, que combatiam os horrores da ditadura, foram o berço da Psicologia Social Comunitária. Entretanto, foi ao longo dos anos 1980 que se configurou um novo modo de inserção social do psicólogo, quando esse profissional passou a participar de instituições criadas pela sociedade civil organizada, instituições estas que visavam à garantia de direitos de grupos sociais minoritários.

As práticas dessa área da Psicologia tiveram início junto a organizações não governamentais de forma sistemática nos anos 1990, Yamamoto (2007), ao debater a inserção profissional e a conseqüente expansão dos serviços do psicólogo para camadas mais amplas da população, defende, nesse período, houve: “A introdução sistemática do psicólogo no campo do bem-estar social (sobretudo, mas não exclusivamente, no

da saúde pública), num movimento contraditório e a presença crescente do psicólogo nas organizações do chamado 'terceiro setor' voltados para a área do bem-estar social" (p. 34).

"Dos movimentos sociais às organizações civis", este foi o percurso das práticas sociais da Psicologia, particularmente nos anos 1990, quando se aproximou das organizações não governamentais. Motta e Antoni (2010) debatem o papel das organizações não governamentais nesse período, ressaltando que a sua finalidade é "melhorar e fortalecer a própria sociedade civil, com o intuito de provocar microtransformações, mais globais, mais sistêmicas" (p. 192).

Para compreender o que é Psicologia Social Comunitária, trabalharemos com uma pensadora fundamental deste campo na América Latina, Maritza Montero (1980, p. 3), que a define como: "uma psicologia para o desenvolvimento, entendido este como o processo mediante o qual o homem adquire maior controle sobre seu meio ambiente".

Como campo de atuação, a Psicologia Comunitária é uma área aplicada da Psicologia Social que faz interlocução com diversos saberes e métodos. Sobre essa diversidade metodológica, Sarriera (2010), embora destaque que o profissional da Psicologia fará uma escolha pelo instrumental teórico-metodológico que poderá utilizar para alcançar seus objetivos, põe relevo no papel das contribuições vitais dos referenciais de Maritza Montero e de Ignacio Martín Baró na construção dos saberes e das práticas da área.

Em outro texto, o autor ressalta que "a eleição das técnicas deve estar relacionada aos objetivos da análise" (Sarriera, 2016, p. 147). Este campo tem se desenvolvido com a utilização de metodologias participativas de coleta de dados e de intervenção junto aos grupos atendidos. Esses grupos têm variado, assim como, o fundamento teórico do profissional que intervém.

As práticas do campo são marcadas pela diversidade, mas possuem um núcleo comum: a intervenção junto a grupos de sujeitos/identidades, tais como: crianças, adolescentes, mulheres, adultos, pais, idosos, visando sempre auxiliá-los na construção de recursos psíquicos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade em que vivem.

As práticas da Psicologia Comunitária são debatidas por Zonta (2005), que também ressalta o amplo espectro do campo, afirmando que elas englobam desde ações de caráter institucional, ações que desenvolvem uma interface entre instituição e comunidade, até aquelas que se caracterizam como práticas diretas na comunidade, sendo que, entre todas elas, o fio condutor é o compromisso com uma perspectiva crítico-transformadora, pois, para o autor, essas práticas poderiam ser compreendidas como "uma ação intencional de desenvolvimento da consciência crítica" (p. 48).

Embora as teorias e as técnicas sejam diversificadas na intervenção junto à comunidade, há esse fio condutor que leva à necessidade de compreender e de saber construir, junto ao grupo, um trabalho que respeite a sua singularidade e os seus objetivos, nunca impondo, aos outros, suas perspectivas e verdades como se elas fossem verdades universais.

Ao analisar as práticas comunitárias realizadas no Brasil, passados mais de 50 anos do seu início, Freitas (2014) aponta a grande diversidade metodológica, não como uma fraqueza, mas sim como pluralidade de possibilidades, uma vez que, para o autor, os objetivos dessas práticas convergem para a produção dialógica e para o desenvolvimento da capacidade reflexiva, o que se prende a este fio condutor.

Segundo a perspectiva pós-moderna de Simon e Silva (2008), "o psicólogo mais do que observador é colaborador, o que faz com que as relações entre profissional e comunidade mudem a natureza da conversação, pois o diálogo é priorizado" (p. 210). Esse diálogo é o espaço onde se constroem as mudanças e as mobilizações pela garantia de direitos, visto que a produção do diálogo é valorizada, pois o psicólogo está *junto a*, junto aos sujeitos em práticas grupais cotidianas, ocasião em que ele pode ouvir diretamente as demandas do grupo, o que leva muitos autores, tais como os citados acima, a apontar essa diversidade de ferramentas desse campo.

Entretanto, é necessário cautela, pois há riscos no uso dessas técnicas, conforme apontam Avello Saez, Roman Moralez e Zambrano Constanzo (2017), para quem a Psicologia Comunitária oferece ferramentas teóricas e práticas para abordar diversos e complexos fenômenos associados aos problemas que podem limitar o desenvolvimento das pessoas e suas comunidades.

A atuação do psicólogo junto ao campo social ampliou o escopo da profissão, visto que novos instrumentos e novos modos de estar na comunidade vêm sendo construídos com vistas ao atendimento das demandas de uma parcela da população que é vítima de múltiplas carências. Desde o início dos anos 2000, os psicólogos têm se inserido, de forma consistente, nas instituições governamentais por determinação das políticas públicas de assistência social.

Sobre isso, Silva e Carvalhaes (2016) indicam um aumento de profissionais da Psicologia nos campos articulados às políticas públicas nas últimas décadas. Os autores apontam a necessidade da construção de intervenções que empreendam análises históricas e políticas e que reflitam sobre as múltiplas experiências subjetivas e sociais evidentes no cotidiano e concluem que é importante que tais problematizações sejam incitadas, desde o início da formação do psicólogo, com o objetivo de reduzir a incidência de ações padronizadas e despolitizadas, escapando assim, das leituras totalizantes que insistam em empreender análises uniformizadoras e moralistas das condutas daqueles a quem a ação do profissional psi é direcionada.

Essa intervenção deve partir de uma visão integrada do homem, analisando não apenas o aspecto psíquico de um ponto de vista interno/individual, mas, sim, compreendendo o sujeito e seus atravessamentos sociais. A inserção dos psicólogos junto a políticas públicas tem propiciado a saída de uma espécie de casulo, no qual os profissionais psi se aninhavam ao desenvolverem suas práticas autonomamente em seus consultórios em um modelo de psicologia tradicional/individual/clínica.

Quanto ao campo de atuação, Freitas (2015) destaca que, junto às políticas sociais e públicas, espera-se que o psicólogo atue "de maneira não mais individual e psicologizante, integre equipes de trabalho multiprofissional e incorpore, como objeto de investigação, aqueles fenômenos sociais que pareciam pouco relevantes à psicologia tradicional" (p. 523).

A partir da perspectiva dessa autora, pode-se empreender que este campo de atividade profissional proporcionou novos desafios ao psicólogo, quando o colocou em instituições e fez com que o profissional se deparasse com todos os atravessamentos que esses ambientes produzem sobre as práticas da Psicologia.

Os desafios para a prática dos psicólogos comunitários aparecem cotidianamente, já que esses profissionais têm travado embates no campo que lhes impõem, de forma sistemática, reflexão que acaba por gerar necessidade de realização de uma autocrítica, no que se refere aos efeitos de suas práticas.

Sobre esta questão, Freitas (2016) destaca que "mesmo ainda podendo ser considerado um campo relativamente jovem, a psicologia (social) comunitária enfrenta,

paradoxalmente, desafios na realização de seus trabalhos, no mundo contemporâneo” (p. 132).

O campo tem avançado, mas ainda há transformações a fazer. Por isso, há necessidade de atualização que vem de nossas demandas reais, ao vivermos na América Latina em contextos, onde as relações sociais ainda se dão sob o signo da desigualdade/disparidade social. Os desafios devem ser entendidos como possibilidades de aperfeiçoamento das práticas profissionais junto à população em condição de vulnerabilidade e do atendimento às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa.

A inserção do estagiário no campo da Psicologia Social Comunitária

O campo da Psicologia Social Comunitária é envolto em muitas fantasias dentre os estudantes de Psicologia, por isso são comuns insinuações sobre a baixa remuneração ou sobre a necessidade de uma bondade ou altruísmo, ou mesmo de um desprendimento quase missionário/religioso/mítico dos candidatos ao estágio nesta área. Por observar essa insinuação em minha experiência profissional, interessei-me em investigar as representações sociais do psicólogo social.

Isso justifica o que Souza e Souza Filho (2005) destacam ao afirmarem que a representação do psicólogo social está relacionada não só a minorias e grupos particulares, como também a problemas sociais, e sua atividade ainda está ligada a organizações não governamentais (ONG), orfanatos, postos de saúde, sendo as suas práticas pautadas em ideias de ajuda, trabalho voluntário, sem retorno, não remunerado, sem bolsa, o que define, portanto, tratar-se de atividades caritativas ou mal remuneradas. Após tantos anos lidando com estagiários do campo da Psicologia Social, levanto a seguinte hipótese: essa ligação realizada pelos estagiários se dá pela identificação do campo com a população assistida, o que traz, como consequência, a dificuldade de uma real compreensão da importância das práticas sociais da Psicologia.

E a que realmente se designa o trabalho desse profissional?

Segundo Scarparo e Guareschi (2007), este campo da Psicologia “dedica-se a estudar, compreender e intervir no cenário de questões psicossociais que caracterizam uma comunidade. Salienta-se por sua praticidade e pela diversidade das opções teóricas e intencionalidades que estruturam seus fazeres” (p. 103) Entretanto, nesse estudo, os autores realizam uma crítica à inserção profissional da Psicologia, ao ressaltarem o desinteresse dos profissionais pela área do trabalho social, destacando que o imaginário que fundamenta grande parte da formação e dos projetos profissionais se refere à lógica do profissional autônomo, bem-sucedido, respaldado por um amplo cadastro de pacientes particulares.

A inserção dos psicólogos em um determinado campo guarda uma estreita ligação com a formação acadêmica durante a graduação. Nessa relação, destaca-se a forma como as disciplinas do campo da Psicologia Social são apresentadas aos alunos, as relações entre teoria/práxis levantadas pelos professores e as oportunidades do desenvolvimento de práticas em estágios profissionais.

A partir de tais aspectos destacados, percebem-se algumas idiosincrasias da formação em Psicologia Social Comunitária no Brasil e, em outras experiências de ensino, realizadas no contexto latino-americano e no contexto Europeu, a seguir algumas experiências serão analisadas com o objetivo de compreender melhor como a formação em Psicologia Social Comunitária, tem se construído.

A Formação em Psicologia Comunitária

A formação em Psicologia Social Comunitária, pelo que consta nas grades curriculares das universidades brasileiras, está ligada ao campo da Psicologia Social. Geralmente, a disciplina Psicologia Comunitária é precedida por outras, comumente denominadas de Psicologia Social I e Psicologia Social II. Ao avaliarem grades curriculares de cursos de Psicologia, Souza e Souza Filho (2005) observaram que as práticas comunitárias do psicólogo são mencionadas nas disciplinas da área, mas a disciplina Psicologia Comunitária se dedica à apresentação desse campo de atuação profissional da Psicologia. O objetivo da disciplina é dar um apanhado do campo, no que se refere aos conceitos fundamentais, assim como apresentar não só a forma de intervenção do psicólogo junto às instituições governamentais e não governamentais de assistência social, como ainda as suas peculiaridades. A formação em Psicologia Social Comunitária ocorre também a partir de um estágio específico, quando alunos que optam pelo estágio nesta área desenvolvem práticas psicológicas em contextos de vulnerabilidade social, como associações de moradores, associações de bairro, projetos sociais, instituições de amparo/abrigo, sendo exemplos dessas últimas a formação de grupos de idosos, de crianças, de adolescentes que estejam em condição de vulnerabilidade social.

A entrada no campo de estágio muitas vezes é anterior ao ingresso na disciplina Psicologia Comunitária, o que torna o campo desconhecido, o que favorece muitas fantasias sobre as atividades realizadas nesse estágio. Durante os processos seletivos para os estágios dessa área, é comum os candidatos afirmarem seu desejo de trabalhar com populações marginalizadas, ao destacarem suas experiências em atividades sociais voluntárias.

É necessário que se destaque que a disciplina de Psicologia Social Comunitária tem por objetivo apresentar o campo ao aluno, destacando os autores importantes da área, mas também enfatizando as atividades práticas do campo de ação.

A formação em Psicologia teve que atender as demandas sociais, mas depois de quase três décadas, ainda se impõem muitos desafios aos profissionais que auxiliam a formação profissional do psicólogo, assim como os profissionais que atuam diretamente em campo.

Nesta área, destacam-se Ramos e Carvalho (2008), ao defenderem a necessidade da formação de profissionais sensíveis a uma prática psicológica consequente e comprometida com a crítica aos processos de exclusão social. Por isso, o desenvolvimento dessa competência exige uma preparação que, atravessando todo o curso, requer o domínio efetivo de aspectos científicos, metodológicos e ainda éticos.

Entre compassos e descompassos, autores apontam avanços e retrocessos no que se refere à inserção do psicólogo no campo social e à sua estreita ligação com a formação profissional. Sobre tais aspectos, algumas perspectivas serão descritas abaixo.

Por exemplo, Scarparo e Guareschi (2007) propõem reflexões quanto ao descompasso entre a formação do psicólogo e a capacidade desse profissional em lidar com fenômenos sociais contemporâneos, ao apontarem a discrepância entre a necessidade de trabalho no âmbito das políticas sociais e o despreparo dos profissionais para enfrentarem os desafios da realidade. A perspectiva dos autores coloca em questão a necessidade de refletirmos mais sobre a formação do psicólogo contemporâneo na realidade brasileira, apontando a importância do conhecimento e da crítica aos pressupostos das políticas sociais e da amplitude do espaço público. Esta reflexão constante, ainda segundo os autores, pode evitar a multiplicação de práticas elitistas e inacessíveis às pessoas para as quais se supõe igualdade de direitos.

Um desafio constante desses estagiários é lidar com a realidade social do grupo que sofre a intervenção, porque, ao necessitar compreender a realidade do sujeito que ali se encontra, na maioria das vezes, encontra-os diferentes da realidade vivenciada.

Segundo Freitas (2015), esta área teve um amadurecimento, pois, diante dos problemas sociais, tem buscado ações e encaminhamentos para uma melhoria das condições de vida em uma perspectiva psicológica e psicossocial, o que ocorre pelas ações baseadas nas políticas sociais, em intervenções dirigidas a diferentes estratos etários (crianças, jovens, adultos abandonados e/ou idosos), passando por programas junto a setores multiprofissionais da saúde e da educação até a implementação de propostas comunitárias de fortalecimento das redes de cooperação e participação nas cidades ou no campo.

Esse avanço pode estar relacionado ao direcionamento dado pelas diretrizes curriculares do curso de Psicologia definidas em 2004. Tais diretrizes valorizaram muito a necessidade de uma formação profissional comprometida com a realidade social, mas ainda há o que melhorar, pois, para Macedo (2006), os cursos de formação em Psicologia precisam alargar sua visão, introduzindo o debate sobre as mudanças políticas, sociais e econômicas que geram a necessidade de uma "atualização nas teorias e práticas que valorizam cada vez mais a pessoa como cidadã participante na construção da sociedade" (p. 17).

Entre avanços e retrocessos, dá-se a formação em Psicologia que se constrói na realidade brasileira, tal como Macedo (2006) destacou acima. Assim como ele, outros autores também apontam os limites desse campo e ressaltam a necessidade de reconsiderarmos a formação na área.

Silva e Yamamoto (2013) chamam atenção para os limites e os desafios frente à formação do psicólogo e das políticas sociais, estas últimas entendidas como estratégias do Estado às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, setorializadas e fragmentadas. Ao investigarem a presença de conteúdos relacionados à inserção da Psicologia nas políticas públicas sociais, presentes nos conteúdos dos cursos de Psicologia no estado do Piauí, esses autores concluem que:

Enquanto a formação do psicólogo continuar seguindo um modelo clínico e marginalizar as discussões direcionadas às políticas sociais, será incongruente exigir um profissional com uma atuação no mínimo coerente com as propostas das políticas sociais, quiçá para contribuir com os desafios que estão embutidos nessa estratégia, no reconhecimento de que a questão social deve ser enfrentada e na perspectiva de superação do capitalismo (p. 838).

A expansão das práticas sociais da Psicologia é evento que tem ocorrido em outros países que também promovem reflexões e debates acerca dessa adequação formação/prática de profissionais engajados com as transformações sociais. A Psicologia vem levantando questões semelhantes àquelas observadas nos debates brasileiros em outros países da América Latina e da Europa.

Winkler, Alvear, Olivares e Pasmanik (2012) avaliaram a dimensão ética da prática, na formação e na pesquisa em Psicologia Comunitária no Chile. Para entender mais sobre essa realidade, os autores realizaram uma ampla pesquisa junto a usuários/as da assistência social, estudantes de Psicologia e psicólogos/as, inclusive em dissertações e teses. Os seus resultados retrataram um panorama complexo e inóspito para os psicólogos comunitários, devido a uma falta de consenso no que diz respeito ao ensino da Psicologia Comunitária e à formação para o exercício desta prática. No Chile, esse campo não se constitui como uma especialidade profissional ao egresso universitário, o que gera uma ausência de normas que regulem o exercício profissional, o que produz um desconhecimento entre os usuários, legisladores e operadores das políticas públicas, estudantes de Psicologia, o que acaba por incluir

os próprios psicólogos. Os dados dessa investigação revelaram a importância da construção cotidiana de reflexões sobre a formação dos psicólogos e de seu retorno constante às questões éticas e políticas no/do saber/fazer da Psicologia Comunitária.

Em outro estudo desenvolvido na América Latina, Castro, Rivera-Holguín e Espinoza (2017) apresentam uma reflexão sobre como desenvolver a formação profissional em Psicologia Comunitária. Os autores ressaltam que a proposta de uma educação, que respeite as diferenças e que reproduza relações democráticas, repercute diretamente nos estudantes e em suas capacidades criativas e de relação. Mais tarde, esse modelo de formação se reproduzirá também nas formas de interação com a população com quem o psicólogo trabalhará.

Nos dois exemplos latino-americanos, observa-se a preocupação da Psicologia com o respeito à condição humana e à diversidade de perspectivas ao trabalhar com pessoas e grupos em condições de vulnerabilidade.

O interesse em refletir sobre a formação em Psicologia Social Comunitária não se limita à América Latina, já que, na Europa, também há autores refletindo sobre o tema. O estudo de Ornelas e Vargas-Moniz (2014) debate a formação em Psicologia Comunitária em Portugal, ressaltando a necessidade de capacitar o futuro psicólogo comunitário no que tange aos métodos de investigação e intervenção, além de o habilitar ao desenvolvimento de uma capacidade de reflexão crítica acerca da aplicabilidade das teorias em Psicologia Comunitária. Para os autores, essa formação deve enfatizar os processos de colaboração e a construção de parcerias entre a universidade e a comunidade que permitam a materialização de valores associados à solidariedade, pois as intervenções se produzem junto a indivíduos ou grupos em circunstâncias de vulnerabilidade, como a pobreza extrema, exemplificada pelas pessoas em situação de rua.

Com a apresentação dessas investigações, podemos concluir que a formação em Psicologia Comunitária deve ser ampla, pois deve trazer, em sua abrangência, constantes reflexões sobre o modelo e o objetivo das práticas desenvolvidas e sobre seu impacto final, já que somente dessa forma poderemos alcançar aqueles grupos/sujeitos em condições de vulnerabilidade social.

As práticas *psi* podem e devem ser levadas a todos os grupos sociais, o que justifica essa revisão de estudos que apontou a necessidade de cuidado na construção dos objetivos dessas práticas. A formação profissional de psicólogos, cientes de seu papel junto aos grupos sociais vulneráveis e de seu compromisso social, vai possibilitar a diminuição do fosso que pode surgir entre o profissional *psi* e o grupo atendido.

Método

Amostra

O presente estudo foi realizado junto a 13 estudantes de Psicologia, de ambos os sexos, estagiários da equipe de Psicologia Comunitária de uma universidade privada no município do Rio de Janeiro. Esses estagiários, cursando entre o sétimo e o décimo períodos, incluídos no estágio modelo interno-externo obrigatório, eram supervisionados na universidade, mas desenvolveram suas práticas junto a uma instituição não governamental conveniada com a Universidade. A atuação dos entrevistados se deu junto a grupos de adolescentes, jovens e idosos residentes de uma comunidade carente da Zona Norte do Rio de Janeiro, atendidos por um projeto social voltado para a inclusão social pela prática dos esportes. O trabalho foi executado a partir da metodologia de oficina em dinâmica de grupo, em encontros semanais, totalizando, em média, 10 encontros por grupo. Durante os encontros, o cotidiano dos grupos

pôde ser problematizado e os estagiários construíram uma escuta para a singularidade das pessoas que participam da intervenção, ao mesmo tempo que problematizaram as condições sociais presentes na comunidade.

Instrumento

Utilizou-se um questionário semiestruturado, realizado individualmente por escrito. Este contemplava as seguintes temáticas: as opiniões sobre as práticas psicossociais da Psicologia, as motivações alegadas para o ingresso nessa área de estágio, as concepções sobre o compromisso social da Psicologia, os impactos pessoais da experiência de estágio na área da Psicologia Social Comunitária.

Procedimento de coleta e análise dos dados

O questionário foi aplicado na última semana do semestre ao fim das atividades desenvolvidas no estágio obrigatório da equipe de Psicologia Comunitária. O preenchimento do questionário foi precedido de uma breve explicação e, em seguida, foi realizada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram realizados os procedimentos éticos, conforme Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde (1996), objetivando preservar o anonimato e o sigilo de cada sujeito participante na apresentação dos dados, o que justifica a adoção de siglas fictícias em suas identificações. A pesquisa registrada na Plataforma Brasil foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Veiga de Almeida, sendo aprovada e registrada sob o número CAAE: 71505817.9.0000.5291.

As respostas dos entrevistados foram analisadas de acordo com a análise de conteúdo, mais especificamente, por meio da técnica de análise temática (Bardin, 1977). O procedimento de análise contou com uma leitura flutuante de todo o material, o que permitiu obter as dimensões do conteúdo, como um todo extraído das falas dos sujeitos. Posteriormente, foi realizada a organização, que consistiu numa agregação das temáticas semelhantes.

A partir da organização das temáticas, foi feita uma codificação para transformação dos dados brutos do texto, de forma a possibilitar a compreensão do conteúdo, até que, finalmente, fosse possível ficarem claras para o analista as características do texto. Da codificação, emergiram as categorias representativas dos núcleos de sentido. Em consequência, as categorias mais representativas serão apresentadas e discutidas abaixo.

Resultados e Discussão

As práticas psicossociais da Psicologia

Os entrevistados foram convidados a opinar sobre as práticas psicossociais da Psicologia e suas falas foram relacionadas ao acolhimento de pessoas excluídas da sociedade, por elas alcançarem as pessoas que não poderiam pagar por um serviço em um consultório privado. Essa perspectiva pode ser observada pela fala do entrevistado 1: "É muito importante, pois cria a possibilidade de acolher pessoas que, muitas vezes, são excluídas da sociedade devido à sua baixa renda ou a qualquer outro fator que contribua para essa exclusão".

Essa primeira unidade de sentido destacada dos dados está intimamente relacionada ao debate que vem sendo travado pelo campo da Psicologia Social, desde os anos 1960, quando se iniciou o questionamento das práticas *psi* e quando houve a denúncia de seu afastamento da realidade concreta da sociedade. Esse debate trazido pelos respondentes foi realizado por Lane (1996), ao opinar sobre o fato de a universidade, em países de terceiro mundo, não poder "se dar ao luxo" de ficar fechada em uma torre de marfim quando a realidade social nos conclama para a ação social.

A saúde social, a saúde coletiva e a promoção de saúde e bem-estar social foram relacionadas pelos entrevistados à promoção de saúde da sociedade. O campo da Psicologia Social Comunitária tem sido definido como uma prática de saúde coletiva e social. Entretanto, Yamamoto (2007) problematiza essa inserção no terreno do bem-estar social, visto que isso “remete a Psicologia para a ação, exatamente essas sequelas da questão social transformadas em políticas estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada, com prioridades definidas ao sabor das conjunturas históricas particulares” (p. 32).

Além das duas grandes categorias destacadas acima, os dados também apontam o aspecto político do campo, uma vez que os entrevistados relacionaram as práticas da Psicologia Social Comunitária às questões do direito e da luta pelos mesmos, quando afirmaram que: elas se ligam à reivindicação de direitos, na construção dos processos de autonomia, de autoestima e da emancipação dos sujeitos. Essa perspectiva pode ser observada na fala do entrevistado 13, ao afirmar que “As práticas psicossociais, para um estudante de Psicologia, a meu ver, fornecem subsídios para um melhor entendimento acerca das questões sociais e suas relações na constituição do sujeito”.

Essa visão politizada (política aqui entendida como uma ação de transformação social) é um objetivo da formação em Psicologia hoje, em suas diretrizes curriculares, ao proclamar em seu artigo quinto que a atuação da Psicologia se dará em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, dos grupos, das organizações e das comunidades.

Motivações para a escolha do estágio

Ao serem os entrevistados indagados quanto às motivações em desenvolverem o estágio na área de Psicologia Comunitária, a maior parte destacou o fato de ter gostado da disciplina de Psicologia Comunitária, o que intensifica a convicção em se afirmar que a relação entre a teoria e a prática é extremamente importante na formação profissional do psicólogo. Esses estagiários puderam fazer essa ponte teoria/práxis a partir do estágio, o que reforça que esses dados apontem a necessidade da formação em Psicologia dever oferecer uma gama de possibilidades de estágio para os futuros psicólogos que visem ao trato da vulnerabilidade social. Esses dados corroboram as conclusões de Santos e Nóbrega (2017), ao afirmarem, em seu estudo, que o estágio exerce um papel relevante por oportunizar experiências que contribuem para a formação em Psicologia e para permitir aproximações com a prática profissional.

Outra categoria destacada da fala dos entrevistados foi a sua contribuição pela construção de um espaço de fala/escuta, fato que se deu pela proximidade com as pessoas em condição de vulnerabilidade, além da possibilidade de poder ajudá-las, ter, dessa forma, contribuído com a sociedade, principalmente por poder construir um espaço de fala/escuta psicológica para os sujeitos em questão. Esse motivo pode ser observado na fala do entrevistado 2: “Hoje em dia, temos muitas pessoas que necessitam de uma escuta clínica e alguém que lhe estenda a mão. O serviço de Psicologia, fica, muitas vezes, restrito a pessoas de classe média e alta, e o que me levou a desenvolver um estágio na área comunitária”. O mesmo entrevistado complementa que: “[...] poder escutar os que não podem ir a um consultório, alcançar com os recursos da Psicologia, pessoas que não sabiam nem que ela existia. Poder plantar alguma semente de autoestima, coragem, sonhos...” A possibilidade de estar próximo ao grupo que necessita da intervenção foi o principal motivo pelo qual a Psicologia Social Comunitária nasceu como um campo de atuação, portanto como resposta à crise da Psicologia Social vivida nos anos 1970, na América Latina, que apontava o afastamento da Psicologia da realidade social.

O compromisso social da Psicologia

Quando os estagiários de Psicologia Comunitária foram questionados sobre o que era o compromisso social do psicólogo, em primeiro lugar, as falas revelaram que esse compromisso passa, principalmente, pela oportunidade de a Psicologia contemporâ-

nea ouvir o sujeito denominado pelos entrevistados de "invisível". Outros elementos também foram ressaltados como um indicativo do compromisso social da Psicologia, que é o fato de ela estar acessível a todos os sujeitos, de atender a construção de práticas que visem ao empoderamento, ao desenvolvimento da consciência crítica e à autonomia dos sujeitos.

Outras ideias relacionaram esse compromisso diretamente à sociedade. Quanto a este aspecto, seu compromisso está em promover não só o bem-estar social e uma sociedade mais justa e igualitária, como também a construção de condições de vida dignas.

Outra perspectiva destacada pelos entrevistados foi o fato de ter havido compromisso junto ao grupo, o que permitiu, com esses dados obtidos, observarmos que a perspectiva dos entrevistados se abre ao trabalho grupal/social/coletivo. Os elementos trazidos pelos entrevistados falam da necessidade de ouvir o grupo e de construir regras de trabalho com eles (enquadre grupal).

O compromisso social da Psicologia vem sendo sistematicamente debatido desde os anos 1980 pela Psicologia brasileira, o que é bem ilustrado por Bock (1999), quando defende que assumir um compromisso social em nossa profissão, "É estar voltado para uma intervenção crítica e transformadora de nossas condições de vida. É estar comprometido com a crítica desta realidade a partir da perspectiva de nossa ciência e de nossa profissão" (p. 327).

O debate sobre compromisso social da Psicologia deve estar presente nas disciplinas do campo de Psicologia Social e se mostra vital para a formação profissional consistente das novas gerações de psicólogos.

O impacto pessoal da experiência de estágio

As falas coletadas revelaram uma categoria representativa acerca do impacto pessoal oriundo da experiência de estágio, uma vez que todos os respondentes afirmaram tê-la sofrido. As principais categorias extraídas dos dados se remeteram a uma possibilidade de ressignificação da vida, ao perceber uma realidade diferente da própria. Outro impacto revelado pelos entrevistados foi o mal-estar produzido pela observação da falta de perspectiva de vida, do descrédito pessoal e da autodepreciação trazida pelos sujeitos em vulnerabilidade que participaram das intervenções realizadas. Essa categoria pode ser exemplificada pela fala do entrevistado 2: "O que me impactou foi a falta de perspectiva de vida, ambição e conhecimento do mundo. Pessoas tão desacreditadas de si. Porém, pude refletir muito a respeito, pois, como eles podem ambicionar, sonhar, desejar, se, em nenhum momento, experimentaram algo diferente da sua realidade?". Esta reflexão é útil como exemplo do que deve motivar cada intervenção a produzir um movimento de transformação da realidade psicológica dos sujeitos, no sentido da busca pelos processos de resgate da autoestima, de modo a fazer com que a intervenção venha a ser um espaço onde esses participantes possam ressignificar a forma como se percebem.

Quanto à experiência de estágio, os entrevistados avaliaram positivamente a própria experiência, ao ressaltarem a possibilidade de poder chegar a pessoas que dificilmente teriam uma ajuda psicológica. Quando puderam observar as mudanças nas vidas das pessoas, puderam também compreender as angústias, os medos dos sujeitos, puderam perceber que o drama humano não está restrito a uma classe social, puderam se abrir para construir novos valores pessoais, enfim, puderam impactar os sujeitos a partir do trabalho de estágio e observar seu crescimento.

Cada experiência, cada escuta e cada encontro desenvolvido nessas vivências vão, de forma singular, marcando a identidade profissional dos estagiários e cada prática realizada junto ao contexto social de vulnerabilidade social/psicológica permite que a Psicologia auxilie um sujeito que dificilmente chegaria a receber uma ajuda profis-

sional psicológica, portanto esse é o compromisso da Psicologia: chegar a todos os indivíduos, onde quer que eles estejam.

Conclusões

Uma formação profissional eticamente comprometida requer uma revisão constante em seus fundamentos e em suas diretrizes. Por ser a Psicologia uma profissão que lida com o humano, ela deve estar inteiramente voltada para uma construção ética, responsável e absolutamente vinculada à questão da garantia dos direitos individuais, sociais e humanos. Isso impõe que haja o dever de repensar a formação profissional sobre aqueles que a desenvolvem, principalmente professores e supervisores, responsabilidade que também requer uma análise crítica dos futuros profissionais.

A formação em Psicologia ainda tem avanços a produzir, no sentido da construção de uma profissão socialmente comprometida. No seu percurso, não só no contexto brasileiro, como ainda no latino-americano, temos tido alguns avanços e outros retrocessos, mas, quando colocados na balança, observamos mais avanços do que retrocessos, no sentido de uma aproximação da profissão com as demandas das sociedades multifacetadas contemporâneas que constituem a América Latina.

No que tange à realidade brasileira, observamos que a constante preocupação evidenciada desde a década de 1970 tem trazido mudanças nas perspectivas dos profissionais que se inserem no campo. A formação tem buscado trazer à tona a discussão sobre a realidade social brasileira e, com isso, temos aumentado o número de profissionais *psi* que buscam atuar, junto às instituições de apoio social, sobre as pessoas em condição de vulnerabilidade, principalmente sobre aquelas vinculadas às políticas públicas de assistência social.

A constatação do aumento de psicólogos junto a essas políticas públicas pode ter uma ligação direta com a existência de mais campos de estágio nas instituições governamentais e não governamentais. Quanto mais campos de estágio existirem nessas instituições, mais profissionais interessados em intervirem junto a essas políticas públicas teremos, pois, com certeza, a experiência de estágio ajuda muito o estudante a desmistificar essa alteridade que se constitui cotidianamente, qual seja: eu e o sujeito que reside em uma favela, portanto eu e o outro, marcamos a contraposição que se faz tão presente na realidade brasileira quando, embora de forma tranquila, a sociedade interpõe o asfalto *versus* a favela.

Cabe destacar que os entrevistados sofreram o impacto da realidade social de vulnerabilidade dos sujeitos e grupos com os quais atuaram. Entretanto, esse impacto não inviabilizou o desenvolvimento de práticas, pelo contrário, os elementos trazidos pelos sujeitos da pesquisa mostraram que esse contato lhes possibilitou lidar com as diferenças sociais, tão negativas, que o Brasil ainda produz. Ao se incomodarem com elas, ao se mobilizarem com e por elas, esses estudantes/estagiários fizeram com que esses sentimentos fossem transformados em ação engajada e ainda possibilitasse a construção de uma escuta genuína desses sujeitos/grupos.

É importante que todos os estudantes de Psicologia tenham a possibilidade, desde a formação, de lidar com todo o tipo de diferença, pois, somente saindo de seus redutos pessoais ou mais ainda, de castelos de vidro reconfortantes, é que o encontro essencial com o humano vai se dar.

Acredito que o estágio em Psicologia Social Comunitária é um desses caminhos, onde a diferença não produz distanciamento, muito pelo contrário.

Referências

- Aguirre, A. M. B. (2000). A primeira experiência clínica do aluno: Ansiedades e fantasias presentes no atendimento e na supervisão. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2(1), 3-31.
- Winkler, M. I., Alvear, K., Olivares, B., & Pasmanik, B. O. D. (2012). Querer no basta: Deberes éticos en la práctica, formación e investigación en psicología comunitaria. *Psyche*, 21(1), 115-129. <https://doi.org/10.4067/S0718-22282012000100008>
- Andrade, A. N. (1997). Defrontando-se com a angústia na processualidade do psicológico: Um estudo genealógico da formação do psicólogo. *Psico*, 28(1), 35-62.
- Antunes, M. A. M. (1999). Processo de autonomização da psicologia no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 11(1), 16-26.
- Avello Saez, D., Roman Moralez, A., & Zambrano Constanzo, A. (2017). Intervención sociocomunitaria en programas de rehabilitación psicosocial: Un estudio de casos en dos equipos del sur de Chile. *Psicoperspectivas*, 16(1), 19-30. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol16-issue1-fulltext-900>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>
- Bomfim, E. M. (2004). Históricos cursos de psicologia social no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 32-36. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200005>
- Castro, T. V., Rivera-Holguín, M., & Espinoza, E. C. (2017). Aportes y reflexiones de la formación en psicología comunitaria PUCP en tres regiones del Perú. *Revista de Psicología*, 35(1), 193-224. <https://doi.org/10.18800/psico.201701.006>
- Cruz, R. M. (2016). Formação científica e profissional em psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 3-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003512016>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2018). Ano da formação em psicologia: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. São Paulo, SP: o autor.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: Implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-121. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2000000100006>
- Duarte, D. A. (2015). A supervisão enquanto dispositivo: Narrativa docente do estágio profissional em psicologia do trabalho. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 19(52), 133-144. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0170>
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (2014). Psicologia social comunitária como politização da vida cotidiana: Desafios à prática em comunidade. In C. Stella (Org.), *Psicologia comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 65-88). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Freitas, M. F. Q. (2015). Práxis e formação em psicologia social comunitária: Exigências e desafios ético-políticos. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 521-532. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300017>
- Freitas, M. F. Q. (2016) Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(1), 131-163.
- Gauy, F. V., Fernandes, L. F. B., Silveiras, E. F. M., Marinho-Casanova, M. L., & Löhr, S. S. (2015). Perfil dos supervisores de psicologia em serviços-escola brasileiros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 543-556. <https://doi.org/10.1590/1982-370300852013>
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Macedo, R. M. S. (2006). Introdução: Pensando a atenção à saúde sistemicamente. In C. I. O. O. Moré, & R. M. S. Macedo, *A psicologia na comunidade: Uma proposta de intervenção* (pp. 13-18). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Montero, M. (1980). Fundamentos teóricos de la psicologia comunitária. *Jornadas Nacionales de Psicologia Escolar*, Caracas, Venezuela, 1.
- Motta, R. F., & Antoni, C. (2010). A psicologia em uma organização não governamental. In C. S. Hutz (Org.), *Avanços em psicologia comunitária e intervenções psicossociais* (pp. 291-222). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Prado, M. A. M. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: O individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100021>
- Ornelas, J., & Vargas-Moniz, M. (2014). Formação em psicologia comunitária e os seus contributos pedagógicos para a participação cívica. *Educar em Revista*, (53), 39-58. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36580>
- Ramos, C., & Carvalho, J. E. C. (2008). Espaço e subjetividade: Formação e intervenção em psicologia comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 174-180. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200004>
- Santos, A. C., & Nóbrega, D. O. (2017). Dores e delícias em ser estagiária: O estágio na formação em psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 515-528. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002992015>
- Sarriera, J. C. (2010). O paradigma ecológico no contexto da psicologia comunitária: Do contexto à complexidade. In J. Castellá Sarriera, & E. T. Saforcada (Orgs.), *Introdução à psicologia comunitária: Bases teóricas e metodológicas* (pp. 27-48). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Sarriera, J. C. (2016) Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: A avaliação como processo. In J. Castellá Sarriera, & E. T. Saforcada (Orgs.), *Introdução à psicologia comunitária: Bases teóricas e metodológicas* (pp. 141-154). Porto Alegre, RS: Sulina.

- Scarparo, H. B. K., & Guareschi, N. M. F. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. esp. 2), 100-108. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500025>
- Silva Neto, W. M. F., & Oliveira, W. A. (2015). Práticas do supervisor acadêmico na formação do psicólogo: Estudo bibliométrico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1042-1058. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001632014>
- Silva, C. A., & Yamamoto, O. H. (2013). As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 824-839. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e políticas públicas: Impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>
- Simon, C. P., & Silva, R. C. (2008). Práticas psicológicas em promoção de saúde na comunidade: Manutenção do *status quo* ou emancipação. In M. Dimenstein (Org.), *Psicologia social comunitária: Aportes teóricos e metodológicos* (pp. 189-218). Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Souza, L. C. G., & Souza Filho, E. A. (2005). *O ensino da psicologia social e suas representações: A formação do saber e o saber em formação* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>
- Zonta, C. (2005) Principais questões teórico-metodológicas e políticas envolvidas em intervenções de psicologia social Comunitária. In D. C. Fonseca, L. C. Canêo, & R. Correr (Orgs.), *Práticas psicológicas e reflexões dialogadas* (pp. 47-59). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Submetido em: 11/05/2018

Revisto em: 08/01/2019

Aceito em: 23/03/2019

Endereço para correspondência:

Ligia Claudia Souza
claudiapsisocial@gmail.com

I. Docente. Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro. Brasil.